

Projeto de Lei nº 1868, de 2022

Iniciativa: Comissão de Meio Ambiente

Ementa:

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para atualizar e aprimorar seus fundamentos e diretrizes, incluir como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, considerada a realidade de acesso à água por populações vulneráveis rurais e urbanas, garantir procedimento simplificado e políticas de subsídios para a outorga de uso de recursos hídricos a agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e incluir critérios ambientais para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Agropecuária e Abastecimento**Data de Leitura:** 04/07/2022

Em tramitação

Decisão: -**Último local:** 11/04/2024 - Comissão de Assuntos Econômicos**Destino:** -**Último estado:** 11/04/2024 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Despacho:

28/04/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CRA) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:

CRA - (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Relator(es):

Senador Jorge Seif (encerrado em 10/04/2024 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

11/04/2024 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

10/04/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: À Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

10/04/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA, relatado pelo Senador Jorge Seif.

Publicado no DSF Páginas 380-388 - DSF nº 44

TRAMITAÇÃO

10/04/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Jorge Seif por deliberação da matéria.

05/04/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: Matéria constante da Pauta da 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 10/04/2024.

22/03/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 27/03/2024.

18/03/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Jorge Seif, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

21/06/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Devolvido ao Relator, Senador Jorge Seif, para reexame do Relatório.

14/06/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria não apreciada, em razão do cancelamento da 12ª reunião da Comissão.

12/06/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 14/06/2023.

12/06/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Jorge Seif, com voto pela aprovação do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

09/05/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Jorge Seif, para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

02/05/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Matéria aguardando designação de Relatoria.

28/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À CRA e CAE.

Publicado no DSF Páginas 106-111 - DSF nº 63

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

13/07/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrou-se em 12 de julho o prazo para apresentação de emendas ao presente Projeto.
Não foram apresentadas emendas.
A matéria será despachada oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 381 - DSF nº 112

04/07/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto de autoria de Comissão (Art. 235, II, "f", do RISF). De 06/07/2022 a 12/07/2022.
Perante a Mesa.

04/07/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: O Projeto de Lei ficará perante a Mesa para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 515 - DSF nº 105

04/07/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 04/07/2022.
Encaminhado à publicação o Ofício nº 148, de 2022, da Comissão de Meio Ambiente, comunicando o encerramento dos trabalhos do Fórum da Geração Ecológica e encaminhando a aprovação de Relatório sobre o REQ nº 15, de 2021 - CMA, que concluiu pela apresentação da presente matéria.
O presente projeto será despachado oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 344-355 - DSF nº 105

DOCUMENTOS

PL 1868/2022

Data: 01/07/2022

Autor: Comissão de Meio Ambiente

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para atualizar e aprimorar seus fundamentos e diretrizes, incluir como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, considerada a realidade de acesso à água por populações vulneráveis rurais e urbanas, garantir procedimento simplificado e políticas de subsídios para a outorga de uso de recursos hídricos a agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e incluir critérios ambientais para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.

Avulso inicial da matéria

Data: 04/07/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 04/07/2022.
Encaminhado à publicação o Ofício nº 148, de 2022, da Comissão de Meio Ambiente, comunicando o encerramento dos trabalhos do Fórum da Geração Ecológica e encaminhando a aprovação de Relatório sobre o REQ nº 15, de 2021 - CMA, que concluiu pela apresentação da presente matéria.
O presente projeto será despachado oportunamente.

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 12/06/2023

Autor: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Local: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Jorge Seif, com voto pela aprovação do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Descrição/Ementa: Relatório PL 1868/2022

Relatório Legislativo

Data: 18/03/2024

Autor: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Local: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Jorge Seif, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 1868, de 2022, que Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para atualizar e aprimorar seus fundamentos e diretrizes, incluir como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, considerada a realidade de acesso à água por populações vulneráveis rurais e urbanas, garantir procedimento simplificado e políticas de subsídios para a outorga de uso de recursos hídricos a agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e incluir critérios ambientais para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.

Listagem ou relatório

Data: 10/04/2024

DOCUMENTOS

Autor: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Local: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 6ª Reunião CRA

P.S 10/2024 - CRA

Data: 10/04/2024

Autor: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Local: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação Legislativa: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA, relatado pelo Senador Jorge Seif.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 1868, de 2022, que Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para atualizar e aprimorar seus fundamentos e diretrizes, incluir como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, considerada a realidade de acesso à água por populações vulneráveis rurais e urbanas, garantir procedimento simplificado e políticas de subsídios para a outorga de uso de recursos hídricos a agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e incluir critérios ambientais para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.